

Solução para o problema promete ser demorada

A questão da invasão de áreas públicas por comerciantes nas Asas Sul e Norte já foi objeto de várias reportagens do CORREIO BRAZILIENSE, sem que nenhuma atitude concreta fosse tomada pelas autoridades. As reclamações continuam surgindo diariamente, no entanto, a solução do problema continua sendo adiada. A própria administração regional de Brasília recebe todos os dias da população dezenas de reclamações sobre novas invasões. "Nós temos procurado autuar os invasores, mas só podemos agir com mais rigor depois que forem definidas as normas a serem adotadas", disse o administrador, Haroldo Meira.

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) vem discutindo o problema da ocupação irregular de áreas públicas há dois anos, mas até agora não conseguiu tomar uma decisão sobre o assunto. Durante todo este tempo, os conselheiros do órgão não conseguiram chegar a um consenso sobre as normas gerais de construção e ocupação de áreas públicas e nem sobre o anteprojeto da lei que trata da ocupação de bens de uso comum do povo por particulares.

Câmara — A última reunião do Cauma para analisar a questão aconteceu no dia 14 de março, quando os conselheiros adiaram mais uma vez a solução do problema, preferindo formar uma comissão interna composta por cinco membros.

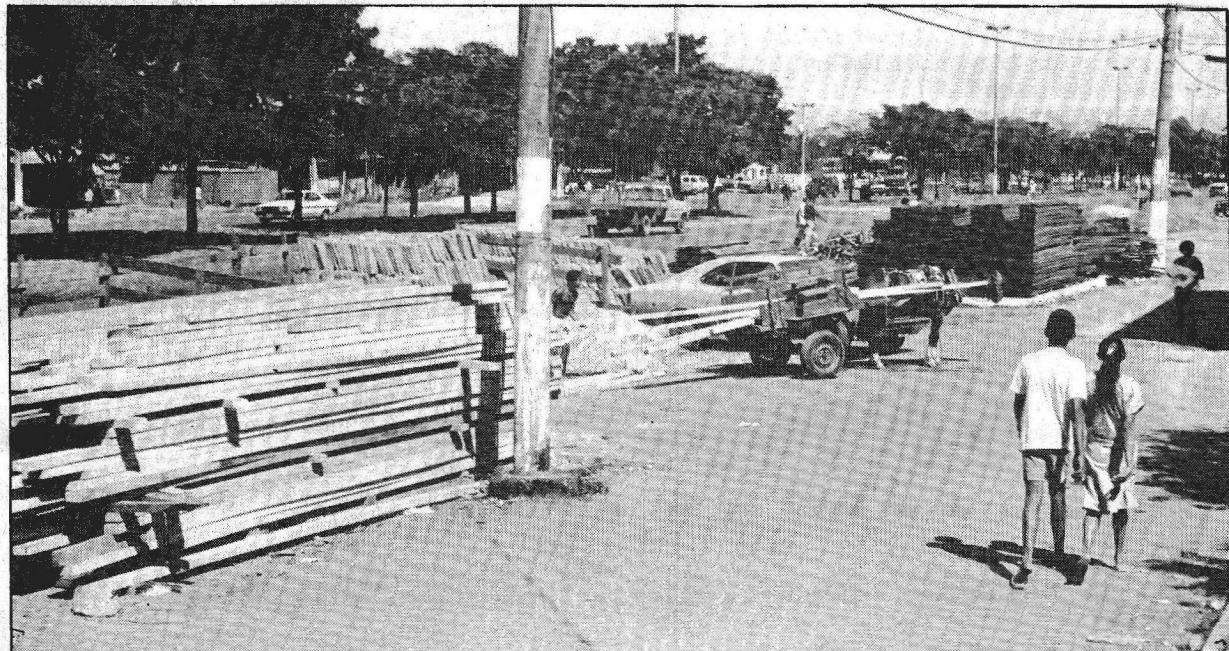
Apesar da polêmica que envolve o tema, até agora os deputados distritais não se manifestaram. Um projeto sobre o assunto, apresentado ainda na Comissão do Distrito Federal no Senado, tramita na Câmara Legislativa, mas, segundo os analistas, seu destino deverá ser o arquivamento.

JUNIOR BARON



Os estabelecimentos comerciais invadem áreas públicas e suscitam reclamações da comunidade

CARLOS MOURA



Áreas públicas são usadas por comerciantes, muitas vezes como depósitos de suas mercadorias